

Estado, sociedade e tributos

A educação fiscal é um instrumento para que a relação entre o Estado e a sociedade possa ser harmoniosa e proveitosa para ambos os lados

GABRIELA M. LUBIES DE SOUSA¹

Muitos são os conceitos e as teses envolvendo a relação entre sociedade e Estado, especialmente quando tratamos da questão fiscal. Se do lado da administração tributária existe o paradigma do crime, no qual o contribuinte só cumpre suas obrigações sob coerção, do lado da sociedade existe a descrença no retorno do dinheiro pago com tributos, por conta da corrupção e da má aplicação do dinheiro público.

Nenhuma dessas visões é verdadeira em sua totalidade, mas como mudar eventuais preconceitos? Há uma forma de mudar essa situação?

Efetivar a democracia

Nossa Constituição Federal prescreve uma democracia participativa, conforme o parágrafo único do artigo 1º: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

São vários os instrumentos prescritos para essa participação: voto, audiências públicas, conselhos participativos etc.

Contudo, a informação dada a quem não tem conhecimento para processá-la de nada serve. Ninguém consegue exercer a gestão e o controle de algo que não conhece. Não adianta divulgar, em portais de transparência, informações sobre orçamento público, se as pessoas não sabem o que fazer com tais dados, assim como de nada vale um conselho fiscalizador formado por pessoas que não sabem utilizar as ferramentas disponíveis.

Controle social

A sociedade tem sido vista como “cliente” dos serviços públicos, mas o ideal talvez seja colocá-la no papel de “proprietária” do Estado. Há um

ditado popular que diz: “o gado só engorda aos olhos do dono”. Isso se aplica perfeitamente ao que chamamos de “coisa pública”. Enquanto o cidadão não chamar para si o controle e a fiscalização de seu “gado”, este dificilmente irá se desenvolver.

A educação fiscal surge exatamente para preencher a “lacuna” entre o que a lei prescreve (transparência e participação popular) e o que de fato é preciso (conhecimento e orientação) para a sociedade exercer efetivamente o controle social.

Direito e dever

O cenário conflituoso só irá mudar quando o cidadão atuar no papel que lhe é de direito (proprietário) e para isso se faz necessário que conheça de fato como funciona o seu negócio (Estado) e o gerencie, controlando-o ativamente.

O Grupo de Educação Fiscal de São Paulo (GEFE-SP) procura envolver diferentes segmentos da sociedade na consecução dos seguintes objetivos: sensibilizar a população sobre a função socioeconômica do tributo; facilitar o cumprimento das obrigações tributárias; incentivar o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos e orientar o cidadão para que ele consiga exercer esse controle.

Atividades desenvolvidas

Algumas atividades desenvolvidas pelo GEFE paulista:

▶ Participação em eventos como a Feira do Estudante, a Expo CIEE e a Bienal Internacional do Livro de São Paulo.

▶ Programas “Fazenda Aberta” e “Fazenda Vai à Escola”, em que se ministram palestras para estudantes.

▶ Formação de disseminadores de educação fiscal: curso oferecido pela Escola Superior de Administração

Fazendária (ESAF) e coordenado pela Escola Fazendária do Estado de São Paulo (FAZESP), aberto a todo cidadão.

▶ Dia Nacional de Respeito ao Contribuinte: data comemorativa com ações temáticas.

▶ Concurso de projetos pedagógicos do curso a distância de disseminadores de educação fiscal, que premia anualmente os trabalhos que se destacaram no período.

▶ Ciclo de formação de conselheiros municipais: capacitação de conselheiros para atuar nos Conselhos Municipais.

▶ Rodada Municipal de Cidadania Fiscal: evento em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM), que debate o papel socioeconômico dos tributos, divulga boas práticas de gestão, transparência e controle social.

▶ Formação sobre finanças públicas e educação fiscal para prefeituras: realizado conjuntamente pela ESAF e pelo GEFE-SP, é direcionado a prefeitos e secretários de Finanças e de Planejamento.

▶ Municipalização da educação fiscal: orientação e suporte aos municípios paulistas que desejam implantar o programa.

Um longo caminho

Outras ações precisam ser realizadas para que tenhamos uma sociedade conscientizada sobre cidadania fiscal. É um longo caminho, um processo com grandes desafios, mas talvez seja o mais efetivo para que Estado e sociedade se relacionem harmoniosamente e extraiam os melhores frutos dessa relação. ■

¹ Gabriela Maia Lubies de Sousa é Agente Fiscal de Rendas da Escola Fazendária do Estado de São Paulo (Fazesp).